



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

|     |                       |
|-----|-----------------------|
| 2.º | PUBLICADO NO D. O. U. |
| C   | De 08/06/1995         |
| C   | Rubrica               |

Processo n.º 10725.002495/91-64

Sessão de : 20 de setembro de 1994

Acórdão n.º 203-01.696

Recurso n.º : 93.797

Recorrente : MANSUR SAAD KEZIN

Recorrida : DRF em Campos - RJ

**ITR -REDUÇÃO** - Faz jus à redução do imposto, o contribuinte que não estiver inadimplente em relação a exercícios anteriores. **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MANSUR SAAD KEZIN.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso. Ausentes os Conselheiros Mauro Wasilewski, Tiberany Ferraz dos Santos (justificadamente) e Sebastião Borges Taquary.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1994.

Osvaldo José de Souza - Presidente

Celso Angelo Lisboa Gallacci - Relator

Maria Vanda Diniz Barreira - Procuradora-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 11 NOV 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, Maria Thereza Vasconcellos de Almeida e Sérgio Afanassieff.

HR/eaal/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo n.º 10725.002495/91-64

Recurso n.º : 93.797

Acórdão n.º: 203-01.696

Recorrente : MANSUR SAAD KEZIN

## RELATÓRIO

O Contribuinte impugnou (fls. 01), tempestivamente, o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, referente ao exercício de 1991 - ITR/91, consubstanciado na Notificação de fls. 05, relativo ao imóvel denominado Sapê, cadastrado no INCRA sob o Código 513 016 044 450 7.

Argui que o valor da exigência é excessivo se comparado com os de exercícios anteriores e com os referentes a imóveis localizados na mesma região. Atribui a possível erro de digitação o valor do lançamento que contesta. Diz não haver débitos de exercícios anteriores, pelo que junta o documento de fls. 02 referente ao ITR dos exercícios de 1984 a 1989.

O Julgador de Primeira Instância manteve o lançamento, ao fundamento de que o acréscimo do ITR/91 se deve à majoração da base de cálculo para o lançamento instituído pela Portaria Interministerial n.º 309/91, e que não foi concedida a redução do Imposto em razão da existência do débito em relação ao ITR/90.

Inconformado, o Contribuinte interpôs o tempestivo Recurso de fls. 14/16, argumentando, em resumo, que só tomou conhecimento do débito referente ao exercício de 1990 por ocasião do recebimento da Intimação n.º 061/91, que comunicou a Decisão de Primeira Instância quanto ao lançamento do ITR/91. Ressalta que na Notificação relativa ao ITR/91, não consta a existência de tal débito, e enfatiza não ter recebido a Notificação do ITR/90.

Em votação de 22 de março de 1994, esta Câmara decidiu converter o julgamento do Recurso em diligência, a fim de que o Órgão de origem providenciasse a juntada da comprovação da ciência ao Contribuinte do lançamento do ITR/90.

A Delegacia da Receita Federal de Campos, em atendimento, informou a fls. 30 que a Notificação referente ao ITR/90, conforme cópia de fls. 28, não foi recebida pelo Contribuinte, tendo sido devolvida pelos Correios.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo n.º : 10725.002495/91-64

Acórdão n.º: 203-01.696

101

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR CELSO ANGELO LISBOA GALLUCCI

O Recurso é tempestivo e dele tomo conhecimento.

O lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural é efetuado com base na declaração do sujeito passivo e somente passa a ser exigido após ter sido regularmente notificado.

A Delegacia da Receita Federal de Campos informa que a Notificação que consubstancia o lançamento do exercício referente ao ITR/90 não foi entregue ao Contribuinte. Também não dá notícia de que tenha promovido a notificação por edital.

Não tendo sido notificado, não pode ser considerado inadimplente quanto ao ITR/90, pelo que faz jus à redução questionada.

Em razão do acima exposto, dou provimento ao Recurso.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1994.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Celso Angelo Lisboa Gallucci". Below the signature, the name is printed in a smaller, bold, sans-serif font.

CELSO ANGELO LISBOA GALLUCCI